



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 089**

**Teoria do Valor dos Trabalhadores: empiricamente correta e
politicamente robusta**

Tiago Camarinha Lopes

FACE/UFG
Goiânia – Dezembro de 2021

**CIÊNCIAS
ECONÔMICAS**

FACE
FACULDADE DE
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

Lopes, Tiago Camarinha. Teoria do Valor dos
Trabalhadores: empiricamente correta e politicamente
robusta.

18 f. (Série de Textos para Discussão do Curso de
Ciências Econômicas, 089)

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas
(FACE), Goiânia, 2021.

1. Teoria do Valor. 2. Economia Política. 3. Índice. IV.
Título

Teoria do Valor dos Trabalhadores: empiricamente correta e politicamente robusta

Tiago Camarinha Lopes¹
Universidade Federal de Goiás

RESUMO

Devido ao caráter progressista que a teoria do valor dos clássicos adquiriu sob a pena dos socialistas utópicos, Marx foi obrigado a desenvolver uma teoria do valor trabalho muito peculiar. Seu argumento de fundamentação da teoria do valor trabalho realiza duas conquistas que sintetizam a superação do sistema clássico. Primeiro, ela desmistifica a noção de que trabalho cria valor em qualquer modo de produção e, segundo, ela permite a continuação do raciocínio de determinação quantitativa dos preços a partir do tempo de trabalho. Essa permissão na segunda conquista é altamente relevante para a luta pelo domínio da ciência econômica e incita uma revisão da visão rupturista de Marx em relação aos socialistas não-marxistas.

Palavras-chave: teoria do valor, Economia Política, história do pensamento econômico

ABSTRACT

Due to the progressiveness of the classical labor theory of value of the utopian socialists, Marx was forced to develop a peculiar labor theory of value. His argument in favor of a labor theory of value accomplishes two things that synthesize the Aufhebung of the classical system. First, he demystifies the notion that labor creates value in any mode of production. Second, he allows the continuation of the idea of quantitative determination of prices based on labor time. This permission of the second accomplishment is highly relevant in the struggle for controlling economic science and it encourages a revision about the rupturist interpretation regarding Marx and non-Marxian socialists.

Keywords: value theory, Political Economy, history of economic thought

JEL: B12, B14

¹ Dr. em economia (UFU). tiagocamarinhalopes@ufg.br

1 Introdução

Em um texto provocativo publicado em seu blog, o geógrafo David Harvey (2018) argumentou que Marx refuta a teoria do valor trabalho, o que gerou uma discussão relevante para os estudiosos da teoria do valor. Afinal, como Marx se posiciona em relação a essa teoria do valor?

A construção da teoria do valor trabalho expressou ao mesmo tempo o ápice da trajetória progressiva da ciência econômica que formou a Economia Política Clássica e o ponto a partir do qual a classe capitalista passou a bloquear este avanço. O movimento socialista se apropriou da teoria do valor trabalho com segurança a partir dos anos 1820, ainda que seu horizonte ficasse restrito ao princípio burguês de distribuição de acordo com a contribuição proporcional para a produção. Desde então, a teoria do valor em geral, que havia finalmente conquistado um primeiro estágio de homogeneidade teórica desde os remotos debates sobre sua determinação quantitativa subjetiva ou objetiva, se perdeu na trama de embate ideológico que necessariamente brota da polarizada luta de classes no capitalismo.

A notoriedade e aceitação que a teoria do valor trabalho recebeu com base na autoridade de Adam Smith foram destruídas por ataques sistemáticos de autores buscando bloquear a conclusão de que a origem da mais-valia estava no trabalho. Em especial, os oponentes dos socialistas passaram a enfatizar a origem do valor na avaliação subjetiva que os agentes fazem das mercadorias enquanto objetos úteis. Este argumento culminará na naturalização e justificativa absoluta dos juros (e de todas as rendas não provenientes do trabalho), sendo o principal núcleo lógico contra a teoria do valor trabalho como assimilada pelos socialistas utópicos.

Neste contexto, para que o lugar da teoria do valor trabalho dentro do socialismo científico fique bem estabelecido, é preciso destacar de que maneira Karl Marx converte a teoria do valor trabalho dos socialistas utópicos num instrumento não só anti-capitalista (como já havia sido feito pelos autores socialistas), mas também anti-Economia Política Clássica/Burguesa/socialista-burguesa. Ou seja, a crítica de Marx acerta dois grupos distintos, um progressista e um reacionário. Entender isso é crucial para apreciar a controvérsia reaquecida recentemente por Harvey (2018).

Depois de ter rejeitado a teoria do valor trabalho dos economistas clássicos como tautologia e de ter menosprezado sua elaboração enquanto conquista científica, Marx percebeu que a força política que a teoria conquistou devido aos socialistas utópicos não poderia ser reprimida. Assim, ele formulou uma estratégia de argumentação em defesa da teoria do valor

trabalho que, por um lado, a desnaturalizava por completo e, por outro, continuava servindo como suporte ideológico para a luta política dos intelectuais socialistas não-marxistas. Esta duplicidade revela que Marx assimila o pensamento econômico de sua época de acordo com as condições concretas de luta pelo domínio do campo chamado Economia Política, e é por isso que é possível afirmar que ele é um defensor *crítico* da teoria do valor trabalho.

Além desta introdução, o artigo apresenta na sessão 2 o processo pelo qual o movimento socialista se apropriou da ciência econômica mainstream desenvolvida nos séculos 17 e 18. A sessão 3 descreve a teoria do valor trabalho incorporado, o formato padrão da teoria do valor trabalho antes de Marx. A sessão 4 apresenta a especificidade da teoria do valor de Marx, indicando que ela não é simplesmente uma refutação da teoria do valor trabalho incorporado, mas uma renovação crítica dessa teoria. A conclusão encerra o texto apontando para a força política e robustez empírica da teoria do valor trabalho, indicando que a leitura rupturista entre Marx e os socialistas utópicos, no que tange à polêmica em torno da teoria do valor, precisa ser revisada.

2 A apropriação da ciência econômica pelo movimento socialista

A questão sobre a determinação do valor era já bastante antiga quando os primeiros passos dentro da sociedade de mercado são dados para se desvendar todos os seus mistérios. A controvérsia sobre se o valor se origina da utilidade subjetiva de um bem ou da estrutura objetiva do esforço para sua obtenção recebeu uma decidida resposta por parte de Adam Smith em sua interpretação do paradoxo da água e do diamante: a origem do valor deve ser buscada na quantidade de trabalho necessária para a produção do bem em questão. Ainda que as avaliações subjetivas contidas nas forças de demanda influenciem o tamanho do valor transacionado no acordo final de compra ou venda, para Smith não cabia mais dúvida de que o ponto de partida da determinação quantitativa do valor deveria ser buscado no tamanho do esforço humano para a criação do objeto em negociação no mercado.

A síntese entre mercantilismo e fisiocracia contido no livro *Riqueza das Nações* proporcionou uma homogeneidade no campo das ciências econômicas que se estendeu à teoria do valor. Ainda que muitos pensadores continuassem defendendo a perspectiva subjetiva, que enfatizava os aspectos de demanda sobre a oferta na determinação da relação efetiva de transação, ou seja, do preço, a teoria do valor trabalho de Smith vingou como uma das grandes realizações na fundação da ciência econômica moderna. Adam Smith arrebatou muitos

seguidores que continuaram reafirmando a posição da Teoria do Valor Trabalho e que se esforçavam para acrescentar aperfeiçoamentos e ajustes.

O principal difusor de Adam Smith foi David Ricardo. Com toda a conexão entre produtividade, riqueza e mercado elaborada por Smith, Ricardo partiu de um estágio mais abstrato em seu livro, *Princípios de Economia Política*, para buscar fechar os problemas presentes na teoria do valor trabalho. Ele continua a partir de onde Smith parava no paradoxo da água e do diamante como forma de retomar os problemas da diferença entre valor de uso e valor (de troca), e, de modo revelador, busca com vontade ativa uma justificativa ainda mais sólida para a teoria do valor trabalho. O esforço de Ricardo teve repercussão política nítida. Seus seguidores se agarraram com força à ideia de que o valor é criado pelo trabalho e, com isso, a Economia Política passou a ser um instrumento teórico extremamente útil para a classe trabalhadora. A repetição dos elementos gerais da economia smithiana em forma contraditória aguda é feita por John Stuart Mill, que simboliza o limite final da Economia Política burguesa.

Assim que os tópicos sobre riqueza, produção, distribuição e dinheiro se popularizaram com o avanço das relações capitalistas de produção na Europa Ocidental, a Economia Política deixou de ser um campo restrito a poucos pensadores isolados da multidão. Antes, a Filosofia Moral se restringia a um círculo reduzido da elite pensante que captava as transformações com o declínio das relações feudais. Mas agora a Economia Política começa a colocar todo cidadão no debate sobre os rumos econômicos e políticos da Nação e, conseqüentemente, da sociedade.

O novo mundo do mercado envolve crescentemente mais e mais pessoas nos processos de sociabilidade via dinheiro. A conclusão da separação do trabalhador de seus meios de produção gera a classe trabalhadora assalariada, ou seja, a classe que reproduz sua força de trabalho como mercadoria via dinheiro no mercado de trabalho. E conforme ela cresce em quantidade e qualidade, inventa sua própria visão de mundo com base em suas experiências e anseios. A contrapartida na teoria econômica deste movimento real foi a apropriação da ciência econômica pelo movimento socialista, ou seja, a assimilação dos conhecimentos apresentados desde Adam Smith para que fossem utilizados de acordo com os interesses políticos do novo sujeito que começa a se movimentar como classe nas primeiras organizações de trabalhadores. A teoria do valor trabalho incorporado é a primeira forma da teoria do valor dos trabalhadores.

3 A teoria do valor trabalho incorporado

A partir da historiografia de Ronald Meek ([1956] 1973) sobre a origem da teoria do valor trabalho é possível compreender de que modo, o elemento trabalho progressivamente vai

ocupando uma posição central na conceituação teórica do processo de produção, empurrando a noção naturalista da fisiocracia de que os bens são frutos da terra, ou seja da natureza, para o lado. Numa sequência temporal é possível listar alguns nomes dos primeiros defensores da teoria do valor trabalho nesta etapa clássica, ou seja, pré-Marx.

Um dos pioneiros na elaboração da ideia de que a riqueza e, conseqüentemente, o valor, se originam do trabalho foi o filósofo inglês John Locke (1632-1704). Em sua pesquisa histórica sobre a teoria da exploração, Eugen von Böhm-Bawerk ([1921] 2010) em *A teoria da exploração do comunismo-socialismo* cita Locke como um dos precursores dessa teoria, pois ele argumenta em diversas passagens com muita ênfase que todos os bens são resultado do trabalho. Além de ser um dos principais autores que atacaram o problema fundamental da Filosofia Moral inglesa que deveria elaborar o princípio do liberalismo como norma do indivíduo socializado via mercado, Locke representa um dos elos de ligação do pensamento econômico fisiocrata para a Economia Política.

Após Smith e Ricardo, o cume pontiagudo a que chega a teoria econômica da classe capitalista torna-se cada vez mais nítido. John Stuart Mill (1806-1873), popularizador do sistema de Ricardo, simboliza as debilidades da Economia Política Clássica, pois aglutina todas as contradições do pensamento burguês que evoca a igualdade em um sistema de relação desigual evidenciada nos polos capital e trabalho. Segundo Oskar Lange ([1959] 1967), John Stuart Mill representa um primeiro compromisso eclético entre o pensamento econômico socialista e burguês, sendo que esta corrente de combinação entre a nascente economia marxista e a economia burguesa havia de fato começado com Jean Charles Léonard de Sismondi (1773-1842).²

Junto com os pensadores mais próximos das questões econômicas estão outros personagens que incluem temas políticos, filosóficos e sociais nesse processo de formação do pensamento socialista. François Noël Babeuf (Gracchus Babeuf) (1760-1797), por exemplo, explicitou a necessidade de continuação do processo revolucionário na França para se chegar ao patamar de igualdade almejado por seus cidadãos no panfleto *Manifesto dos Iguais* de 1796. Babeuf ([1796] 1980) defende o bem comum ou a comunidade de bens numa clara demarcação de contraste com a noção da propriedade privada. A República dos Iguais aparece como uma sociedade diferente, onde grande massa encontra a felicidade com base nos princípios da igualdade que Babeuf defende. Neste manifesto é explicitamente enunciado que os princípios

² Ver Lange ([1959] 1967), pg. 274, nota 323. Lange indica consultar o texto *A Characterization of Economic Romanticism* de Lenin, onde o lugar de Sismondi na história da Economia Política é analisado.

da igualdade formal (da revolução Francesa) não coincidem com a igualdade real, indicando que a Revolução Francesa não se completou conforme seus próprios ideais.

Claude-Henri de Rouvroy ou Conde de Saint-Simon (1760-1825) é outro nome marcante da elaboração do socialismo como o mundo perfeito. Em dois textos curtos da virada do século 18 para o século 19, Saint-Simon elabora sua visão da sociedade. Em *Um sonho* de 1803 ele relata que concebeu um projeto, na forma de um sonho, onde uma organização social gira em torno de Conselhos compostos por pessoas conhecedoras das ciências. Saint-Simon considera Newton uma referência para os humanos se organizarem em uma nova religião e sociedade que promova o progresso do espírito humano. O sonho é bizarro, indicando como o conhecimento científico se associa à religião para dar diretrizes de uma sociedade nova. Interessante apontar que Saint-Simon enfatiza que, nesta sociedade, todos os homens trabalharão (Saint-Simon ([1803] 1980), p. 33).

Já no texto *Parábola de Saint-Simon* de 1819 Saint-Simon imagina duas situações hipotéticas: uma em que todos os sábios, artistas e artesãos da França tivessem morrido e uma em que 10 mil proprietários, nobres, membros conselheiros do Estado teriam perdido a vida e, portanto, teriam deixado esse mundo. Para ele, a primeira situação seria um problema sério, enquanto a segunda seria um problema meramente sentimental, pois a substituição de homens no segundo caso é muito fácil. Saint-Simon contrapõe com força os membros úteis aos inúteis na sociedade, e busca uma explicação: a “organização social está muito longe de ser perfeita” (Saint-Simon ([1819] 1980), p. 37), pois os homens se deixam dominar pela violência e astúcia. Ocorrendo isto, os homens incapazes ficam com a missão de dirigir as pessoas capazes, e há toda uma inversão de moralidade (os imorais educam, os injustos são os juízes, etc...). Aqui é nítido como o domínio da ciência avança para se tornar um novo parâmetro social de alocação na estrutura hierárquica do poder.

Outras figuras neste contexto são o conspirador Blanqui (1805-1881) e Charles Fourier (1772-1832) que apesar de não se ver como pertencente aos socialistas, elaborava preceitos de uma sociedade baseada no prazer da associação coletiva. Os socialistas do pré-marxismo que, por sua vez, dedicaram maior atenção ao problema do valor e que podem ser mencionados aqui são Hodgskin e Rodbertus.

Um dos primeiros livros de defesa sistemática da Teoria do Valor Trabalho condizente com a nova fase da luta de classes é *A defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital* de Thomas Hodgskin (1787-1869). O debate entre Ricardo e Malthus era o reflexo da luta entre a antiga classe proprietária de terra e a nova classe capitalista na dianteira da Revolução Industrial. Em termos de teoria do valor, os componentes envolvidos do processo de produção

que brigavam para ser o protagonista da geração de valor eram o capital e a terra. Mas agora, com a terra definitivamente incorporada como elemento do capital, sobrou apenas o trabalho como parte contrária ao capital na unidade da produção capitalista. A luta agora é entre capital e trabalho. O autor avisa que suas pesquisas estão no contexto das alegadas necessidades de defesa do capital diante da crescente associação dos trabalhadores e que chegou ao resultado de que todas as vantagens atribuídas ao capital surgem na verdade do trabalho coexistente e qualificado (Hodgskin ([1825] 1986), p. 309).

Decidido a teorizar ao lado dos trabalhadores, Hodgskin justifica porque seria necessário defender a teoria do valor trabalho: o argumento de que o capital contribui para a produção cria um espaço de reivindicação do produto a ser distribuído para esse fator de produção, em termos da teoria econômica contemporânea. Mas se tudo é criado de fato pelo trabalho, como se depreende dos últimos desenvolvimentos da Economia Política, então é necessário extirpar todo argumento teórico de que o capital tem direito a remuneração. A existência de juros não condiz com a teoria do valor trabalho.

O texto de Hodgskin tem o mérito de ser muito nítido neste ponto, não permitindo margem a ambiguidades em relação à contradição entre a lei do valor fundada no trabalho e a estrutura de renda em que exista juros. Ele critica e polemiza com outros autores pós-Ricardo como John Stuart Mill (Hodgskin [1825] 1986, p. 315), pois a tentativa de conciliação da contradição é gritante, abrindo o caminho para o argumento de que o capital trabalha, por exemplo. Hodgskin, com lógica rígida deduz que se o valor está tão intimamente associado ao trabalho, então só uma conclusão é possível: a justiça (conexa com os ideais da igualdade propagados na criação desta nova sociedade que derrubou o mundo feudal) só será atingida quando o trabalho poder desfrutar de todo o seu produto.

Um outro autor defensor da teoria do valor trabalho foi Johann Karl Rodbertus (1805-1875). Na opinião do economista anti-socialista Böhm-Bawerk ([1921] 2010), Rodbertus, ao lado de Marx, possui a melhor e mais desenvolvida teoria do valor trabalho. No entanto, ele teria uma particularidade que o desqualifica perante os que lutam ao lado dos trabalhadores: Rodbertus não conclui que o ganho imerecido (termo normativo para os juros) ou a propriedade privada devam ser abolidos. Rodbertus propõe, ao invés disso, que os proprietários sejam integrados como participantes do processo de produção, cumprindo funções necessárias de acordo com as demandas do sistema econômico nacional como um todo.

O avanço de Rodbertus em relação aos autores anteriores é que a questão dos juros é tratada sistematicamente em associação com a teoria de Smith e Ricardo, além de tornar claro que sem uma designação produtiva para os proprietários, eles não terão espaço no novo sistema.

Böhm-Bawerk anota neste ponto (Böhm-Bawerk [1921] 2010), p. 56) que Smith e Ricardo se firmaram na História do Pensamento Econômico como autoridades incontestáveis de defesa da teoria do valor trabalho. Estrategicamente para Böhm-Bawerk, é necessário evidenciar as ambiguidades contidas na ideia de que o valor é exclusivamente resultado do trabalho. Böhm-Bawerk percebeu que a única maneira de se contrapor à teoria do valor trabalho era concentrar toda a atenção no problema da incongruência quantitativa entre valor e preço. É por esse caminho que ele pretendeu fechar o sistema de Marx no começo do século 20, com base na falta de uma solução para o problema da transformação dos valores em preços de produção.

Em resumo, a teoria do valor trabalho nesta etapa pode ser entendida como teoria do valor trabalho incorporado. Tecnicamente, imagina-se que a quantidade referente ao valor/preço de um item transacionado no fluxo regular do mercado se refere à quantidade de trabalho humano empregado na produção daquele item. Neste sentido, capta-se a dimensão energética da ação humana na transformação da natureza. Os valores/preços teriam assim um significado muito nítido: eles expressam o grau de dificuldade de produção de cada item em determinadas condições existentes de forças produtivas. O fato amplamente reconhecido de que sem ação humana não há produção no sentido estudado pelos economistas, fez com que esta teoria do valor dominasse a oficialidade da ciência econômica até a Revolução Marginalista nos anos 1870.

É interessante anotar que, ao estudar a teoria do valor e sua forma de classe definida, ou seja, a teoria do valor trabalho e suas formas de classe opostas que formam todas as variantes de justificativa da existência de juros, ficamos restritos ao âmbito de quantidade de valor. Neste sentido, dentro da economia pré-Marx, o contraponto a Böhm-Bawerk e demais oponentes da teoria do valor trabalho com base no fundamento qualitativo do valor (trabalho abstrato) é totalmente inócuo. Mesmo em relação aos socialistas, o avanço necessário para o qual chamamos atenção não pode se refugiar na contribuição decisiva de Marx com a demonstração do trabalho como elemento social que assume formas específicas de acordo com a organização econômica. A questão quantitativa aparece primeiro na forma de remuneração adequada ao trabalho executado. O socialismo utópico não se rebela contra o sistema de assalariamento, mas isso não significa que não contenha avanços progressivos na construção do próprio socialismo científico. A fundamentação puramente empírica da teoria do valor trabalho como realizada por Paul Cockshott e outros mostra, afinal de contas, que a teoria do valor trabalho incorporado é robusta e não pode ser rejeitada por métodos usuais de verificação científica. Por outro lado, esse não é o único vetor de defesa da teoria do valor dos trabalhadores. Para além do vetor puramente empírico, que observa o trabalho sem considerar o sistema social que organiza a

economia em questão, é preciso lembrar que valor não é apenas uma relação do tipo ser humano-natureza, mas uma relação social que se dá no plano material.

4 A teoria do valor trabalho abstrato

Assim como todo o sistema de Hegel está subsumido e resignificado no sistema filosófico de Marx, todo o sistema da Economia Política Clássica está contida e reinterpretada em seu sistema econômico. De modo análogo, a teoria do valor trabalho clássica também reaparece no construto de Marx, acrescida de novos elementos. A teoria do valor trabalho é tratada logo no começo do *capital* de uma maneira única, para que Marx possa explicitar no que consiste sua contribuição neste ponto em particular.

A divisão da mercadoria em valor e valor de uso com sua subsequente divisão em quantidade e qualidade indica que Marx não elimina o raciocínio clássico tradicional de pensar o valor/preço como sendo determinado pelo input de energia humana no processo de produção. Neste primeiro sentido, temos a determinação de valor em seu sentido “fisiológico”, puramente “energético”, relacionado ao metabolismo do ser humano com a natureza:

“Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.” Marx ([1867] 1996, p. 175)

A passagem é complementada com uma nota de rodapé fazendo referência a Adam Smith para que o leitor perceba que este aspecto de tratamento do valor é limitado. Ainda assim, é nítido que existe um reconhecimento da dimensão quantitativa no raciocínio clássico de determinação das relações de troca. Ao se restringir ao aspecto puramente quantitativo, Marx assume integralmente a teoria do valor trabalho em sua estreiteza de misturar os âmbitos do valor de uso e do valor. Ou seja, ele reconhece que é pertinente elucidar o nexo de determinação quantitativa entre o sistema de valor e o sistema de preço. A incongruência quantitativa entre valor e preço precisa, portanto, ter uma solução correta, de modo que se explique a criação de valor novo não por esses desvios (que seria simplesmente repetir o argumento já superado pelos fisiocratas de que o valor é criado na esfera da circulação). Além disso, e o que é fundamental,

a explicação adequada das inconsistências entre o sistema de valor e o sistema de preços é uma condição fundamental para que a teoria do valor trabalho, como construída pelos autores pré-Marx, possa ser comprovada posteriormente pela análise empírica.

Agora, caso Marx tivesse se limitado a aperfeiçoar a teoria do valor trabalho neste sentido, a acusação de ser um “ricardiano menor” feita por Samuelson de fato seria cabível. Porém, não é isso o que ocorre. Além de considerar este âmbito puramente quantitativo da teoria do valor trabalho dos clássicos, ou seja, além de admitir que essa teoria do valor é adequada para se referir à determinação quantitativa dos preços, Marx efetuou uma contribuição drástica consubstanciada na problematização da pergunta: por que justamente a quantidade de trabalho é a medida de valor?

O raciocínio preso no paradigma clássico-burguês constrói justificativas universalistas para dar uma resposta consistente, como se a ciência econômica e seu núcleo sistêmico, a teoria do valor, estivessem fora da luta de classes. Ele busca um fundamento lastreado na relação ser humano-natureza, unificando, portanto, o agente burguês (incluído aí o proprietário da mercadoria força de trabalho) com o ser humano abstraído das relações da sociedade que o contextualizam historicamente. Assim, o raciocínio naturalizante da sociedade burguesa fundamenta sua teoria do valor trabalho em uma base epistemológica onde o trabalho assume o papel ativo no processo de transformação do ser humano com a natureza. Esse tipo de argumento pode parecer sólido à primeira vista, pois, como mencionado, a teoria do valor incorporado nada mais é do que contabilizar as relações quantitativas de troca entre objetos úteis usando como unidade de conta a energia imputada pela ação humana sobre os meios e objeto de trabalho. Ademais, esta linha de justificativa é totalmente compatível com a vertente do socialismo utópico, como indicado anteriormente, em sua luta contra as visões de que os juros, lucros e demais rendas cuja origem não são trabalho possuem alguma justificativa para existir.

Este segundo fator político deu ensejo para que os teóricos anti-socialistas buscassem desmontar a teoria fundamentada naquele primeiro fator, que, por sua vez, se enquadra numa defesa da teoria do valor trabalho passível de ser verificada empiricamente. Toda a disputa em torno do problema da transformação dos valores em preços de produção gira em torno deste âmbito puramente quantitativo que explica a crítica de contradição da teoria do valor trabalho, iniciada originalmente por Böhm-Bawerk.

O problema é que, assimilada simplesmente como input energético no processo de produção, o trabalho humano entra no sistema da mesma forma que o trabalho executado pelo animal de carga. O alimento e todas as condições de reprodução da força de trabalho equivalem,

neste caso, ao combustível que possibilita à máquina executar suas operações mecânicas. A única forma de diferenciar o elemento humano aqui é com base em um argumento lógico que dê destaque e controle do processo ao elemento humano. Cria-se, com isso, uma hierarquia que coloca o ser humano no posto mais alto, controlando todos os demais elementos do processo de trabalho, que formam o conjunto dos meios de produção. Porém, esta escolha não ocorre em um ambiente de dedução lógica alheia aos conflitos da distribuição regulada pelas regras sociais da mercadoria. Por isto, é possível selecionar qualquer outro item que entre no processo de produção na generalidade com a qual a força de trabalho entra para que tal item seja a mercadoria especial que, quando consumida (no processo de produção), gere valor. A “teoria do valor amendoim” foi enunciada como maneira de mostrar que esse caminho diverge do âmbito político que rodeia a escolha do elemento gerador de valor.

Na perspectiva naturalista, não há nada fora do invólucro naturalizante da teoria do valor trabalho incorporado que nos ajude a descobrir como ou por meio de quê o trabalho fica fora do posto de comando no processo de produção capitalista:

“O caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso. Ele não provém, tampouco, do conteúdo das determinações de valor. Pois, primeiro, por mais que se diferenciem os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, qualquer que seja seu conteúdo ou forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos. Segundo, quanto ao que serve de base à determinação da grandeza de valor, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, a quantidade é distinguível até pelos sentidos da qualidade do trabalho. Sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa a produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem, embora não igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento.” Marx ([1867] 1996, p. 197,198)

Afinal, onde entra a teoria do valor trabalho abstrato? Em que ponto a teoria do valor de Marx assimila a teoria anterior e acrescenta um novo componente? Quer dizer, se o trabalho como fundamento da teoria do valor nos clássicos é uma obviedade, “de onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria?” (Marx ([1867] 1996, p. 198)).

A centralidade da novidade em Marx é o fato de que ele mantém viva a descoberta de que a teoria do valor, ao longo da história do pensamento econômico, contém todos os embates das classes referentes à dinâmica da reprodução material, ou seja, da produção e distribuição. A partir do instante em que se percebeu que o fator trabalho estava sendo reconhecido amplamente como o único responsável por toda a riqueza da sociedade, começaram as elucubrações ativas para demonstrar que outros fatores (máquinas, equipamentos, enfim, *capital* na terminologia naturalizante da ciência econômica burguesa) também contribuem para a produção da riqueza, o que é uma verdade incontestável do ponto de vista da teoria do valor trabalho incorporado, ou seja, da perspectiva naturalista de análise sobre o processo de produção. Porém, Marx não se restringe ao estudo da relação ser humano/natureza. Prudentemente ele anota inspirado em William Petty que, enquanto valores de uso, a riqueza é fruto da interação entre o “pai” (trabalho) e a “mãe” (terra). Só que a riqueza envolve um outro âmbito não capturado pelo estudo da relação entre os objetos úteis em sua satisfação das mais diversas necessidades humanas. Isso nos fornece pistas para descobrir que o capital, muito mais do que meros acessórios da atividade de produção, é uma relação social.

Este é o âmbito do valor, que, em seu aspecto qualitativo, revela algo muito discrepante em relação ao aspecto qualitativo do âmbito do valor de uso. Enquanto a mercadoria possui diversas variedades de expressão no que tange à sua utilidade, ela possui apenas uma única qualidade no que tange ao componente contábil socialmente aceito como parâmetro de mensuração da grandeza do valor, quer dizer, do valor de troca. Dado que a teoria do valor trabalho incorporado ainda é, à época de Marx, um alicerce razoavelmente aceito pelo establishment em ciência econômica, falta apenas acrescentar uma divisão entre dois conceitos de trabalho que estão misturados. Os dois conceitos estão coexistindo sem que os analistas percebam que se tratam de duas coisas diferentes.

Uma é, como indicado, o trabalho naquele sentido fisiológico, energético. A outra se refere ao trabalho enquanto atividade social, que arregimenta a maneira como os indivíduos em sociedade se relacionam para dar cabo ao seu processo de reprodução material enquanto conjunto. Neste segundo sentido, Marx escolhe um termo para designar o trabalho abstraído de suas determinações físico-químicas, válidas para qualquer modo de produção: trabalho abstrato.

Como indicado, a categorização do trabalho abstrato ao lado do trabalho concreto não invalida o raciocínio de determinação quantitativa dos preços como era feito pelos clássicos. Esse é o motivo pelo qual Marx se esforça tanto para resolver o problema da transformação dos valores em preços de produção ao longo dos livros 2 e 3 do *Capital*.

Por um lado, o capítulo 1 do *Capital* concentra suas energias no aspecto qualitativo da teoria do valor trabalho, tentando explicar porque em um contexto histórico e econômico específico a teoria do valor trabalho desbancou a visão da Fisiocracia e dos Mercantilistas em relação à origem da riqueza. Por outro lado, quando a teoria do valor reaparece como foco nos capítulos posteriores, ela já está enquadrada no dilema da transformação quantitativa dos valores em preços. Assim, verifica-se que os dois âmbitos da teoria do valor caminham juntos no sistema de Marx, cada um deles abordando a duplicidade quantidade e qualidade para cada um dos lados da mercadoria: do lado do valor de uso, a quantidade e a qualidade que formam a riqueza concreta enquanto objetos úteis à reprodução material da vida e do lado do valor, a quantidade e a qualidade (neste caso, única) que formam a soma homogeneizada dessa riqueza concreta que é necessariamente heterogênea.

5 Conclusão

A posição de Marx em relação à teoria do valor trabalho é complexa devido ao fato de que ele é crítico de duas vertentes da teoria do valor que são politicamente inimigas, mas que cometem o mesmo equívoco de se restringir à determinação natural do valor. A vertente dos teóricos do valor utilidade representa a degeneração reacionária da ciência econômica ao longo do século 19, e a vertente dos teóricos do valor trabalho representa sua degeneração progressista.

Ao explicar que as duas dimensões importam, tanto a determinação natural quanto a social, Marx demarca uma crítica que acerta essas duas vertentes. Devido ao contexto político de sua época, Marx não tinha como simplesmente abandonar a teoria do valor trabalho porque (1) ela é empiricamente robusta e (2) porque ela expressa a posição da classe trabalhadora na disputa ideológica pela ciência econômica. Desse modo, ele elaborou sua linha argumentativa de defesa da teoria do valor dos trabalhadores que possibilita a fundamentação empírica da teoria do valor trabalho incorporado mas que enfatiza o fator político na indicação do insumo responsável pela criação de valor quando consumido. Nesse sentido, é importante separar de que modo Marx repele dois grupos muito diferentes, mas que cometem um mesmo tipo de erro ao elaborarem suas teorias do valor: os teóricos do valor utilidade e os teóricos do valor trabalho.

Assim, a teoria do valor trabalho pode ser entendida como expressão ideológica da ciência econômica daqueles que vivem do trabalho, de modo que uma nomenclatura mais precisa seria teoria do valor dos trabalhadores. Conforme pesquisas publicadas desde o final

dos anos 1980 com base em dados previamente inacessíveis, a teoria do valor dos trabalhadores é empiricamente robusta³, o que demonstra que posições contrárias a ela são necessariamente ideológicas. Disso decorre sua força na luta por uma economia sob comando político da classe trabalhadora.

Referências

Babeuf, G. ([1796] 1980). Manifesto dos Iguais. In: *O socialismo pré-marxista*. São Paulo: Global Editora. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm> [25/08/2014].

Böhm-Bawerk, E. v. ([1921] 2010). *A teoria da exploração do socialismo-comunismo*. São Paulo: Instituto Mises Brasil.

Cockshott, P. and Cottrell, A. (1997). Labour time versus alternative value bases: a research note. *Cambridge Journal of Economics*, 21, pp. 545–549.

Cockshott, P. (2018). *Did Marx have a labour theory of value?* <https://paulcockshott.wordpress.com/2018/04/05/did-marx-have-a-labour-theory-of-value/> [29/10/2020].

Engels, F. ([1885] 1972). Vorwort [Zur ersten deutschen Ausgabe von Karl Marx' Schrift "Das Elend der Philosophie". In: Marx ([1847] 1972). *Das Elend der Philosophie. Antwort auf Proudhons "Philosophie des Elends"*. MEW 4, pp. 63-182. Dietz Verlag, Berlin, DDR. Disponível em http://www.mlwerke.de/me/me21/me21_175.htm [26/08/2014].

Harvey, D. (2018). *Marx's Refusal of the Labour Theory of Value*. <http://davidharvey.org/2018/03/marxs-refusal-of-the-labour-theory-of-value-by-david-harvey/> [09/12/2021]

Lange, O. ([1959] 1967). *Moderna Economia Política: Princípios Gerais*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

Marx ([1847] 1972). *Das Elend der Philosophie. Antwort auf Proudhons "Philosophie des Elends"*. MEW 4, pp. 63-182. Dietz Verlag, Berlin, DDR. Disponível em http://www.mlwerke.de/me/me04/me04_063.htm [26/08/2014].

Marx (1865). Carta a J. B. von Schweitzer de 24 de janeiro de 1865. Apêndice I - Proudhon julgado por Marx. In: Marx ([1847] 1946). *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Editora Flama. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/anexo01.htm> [26/08/2014].

Marx ([1859] 1971). Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: *Marx-Engels Werke* (MEW 13). Berlin, DDR: Dietz Verlag. Disponível em http://www.mlwerke.de/me/me13/me13_003.htm [26/08/2014].

³ Para uma seleção de trabalhos que demonstram a validade empírica da teoria do valor trabalho, ver Petrovic (1987), Shaikh (1998), Cockshott and Cottrell (1997) e Cockshott (2018).

- Marx, K. ([1891] 2012). *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo.
- Mises, L. V. (1920). Die Wirtschaftsrechnung im sozialistischen Gemeinwesen. *Archiv für Sozialwissenschaften*, vol. 47. Versão em inglês: Mises, L. von ([1920] 1935) *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*. In: Hayek, F.A. (1935). *Collectivist Economic Planning*, London.
- Hodgskin, T. ([1825] 1986). *A Defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- Meek, R. ([1956] 1973). *Studies in the Labour Theory of Value*. London: Lawrence; Wishart.
- Petrovic, P. (1987). The deviation of production prices from labor values: some methodology and empirical evidence. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 11, no. 3, pp. 197–210.
- Proudhon, P-J. ([1846] 2007). *Sistema das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria*. São Paulo: Editora Escala.
- Ricardo, D. ([1817] 1985). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural.
- Saint-Simon, H. ([1803] 1980). Um sonho. In: *O socialismo prémarxista*. São Paulo: Global Editora.
- Saint-Simon, H. ([1819] 1980). Parábola de Saint-Simon. In: *O socialismo pré-marxista*. São Paulo: Global Editora.
- Shaikh, A. M. (1998). The empirical strength of the labour theory of value. In: Bellofiore, R. (Ed.). *Marxian Economics: A Reappraisal*, vol. 2. London: Macmillan. Pp. 225–251.
- Smith, A. ([1776] 1996). *A Riqueza das Nações: investigações sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural.
- Sraffa, P. ([1960] 1985). *Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*. São Paulo: Nova Cultural.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof^ª. Andrea Freire de Lucena

Vice-Direção FACE

Prof^ª. Daiana Paula Pimenta

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof. Everton Sotto Tibiriçá Rosa

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
CEP 74690-900, Goiânia – GO.
Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.eco.face.ufg.br>

**SÉRIE DE TEXTOS PARA
DISCUSSÃO DO CURSO DE
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFG**

Coordenação e Editoração

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do Curso de Ciências Econômicas da FACE/UFG. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do Curso ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.